

Newsletter

#JULHO 2025



NESTE NÚMERO:

- Entrevista com Carlos Oliveira, CEO da DDN
- Nova rubrica | A APPC perguntou ao jurista
- OPINIÃO | Alexandre Portugal - Chega de ser paisagem: está na hora de ser País
- EFCA estuda ameaças às infraestruturas essenciais a apoiar Quadro Financeiro Plurianual da Comissão Europeia
- Engenharia e Arquitetura com História
- Nova Empresa Associada



ENTREVISTA

Carlos Oliveira, CEO da DDN

Mais de metade dos projetos que levamos para obra demoram mais de três anos a ser licenciados e isso é pornográfico

Carlos Oliveira fala sem filtros sobre os bloqueios que travam a engenharia e o investimento em Portugal. Entrou no mercado de trabalho pouco depois de terminar o curso e nunca mais parou: fundou a DDN, uma empresa de engenharia e gestão de projeto com mais de 300 colaboradores e obra feita no campo da inovação, como a construção modular em betão armado, que diz ser única no mundo ocidental. Engenheiro, empresário e crítico da forma como o país trata o investimento privado: “Todos os anos, muitos clientes internacionais desistem de Portugal”, reflete sobre os bloqueios burocráticos que tornam o setor “improdutivo”, critica a falta de visão estratégica para a habitação e defende que o país precisa de se unir para fazer acontecer — sem medo de mudar as regras que ele próprio criou - e que o tolhem.

Inicia a sua carreira de empresário numa altura em há um boom de obras públicas.

E aproveitámos. Começámos por fazer administração direta de obras, numa altura em que não havia ninguém para as gerir no terreno. Íamos buscar engenheiros à universidade, dávamos-lhes formação, contratávamos padreiros, serventes, carpinteiros, encomendávamos o betão. No fundo, fazíamos as obras para os patos bravos. Fizemos muito trabalho na margem sul, em Almada, no Seixal, em Sesimbra. Entretanto, o modelo dos patos bravos entrou em declínio e tivemos de ajustar a atividade, trabalhando para clientes mais formais e com maior capacidade financeira. Percebemos que a maior parte dos problemas que nas obras tinham a ver com a falta de qualidade dos projetos – o que ainda acontece – e começámos a oferecer um serviço que agarrava nos projetos das especialidades e via onde estavam os problemas – com isso poupava-se imenso tempo.

Com a crise, começou a haver menos espaço para errar e o nosso trabalho era sinónimo de poupança.

Uma espécie de BIM antes das tecnologias.

Um bocadinho [riso]. Percebemos que havia necessidade de fazer um trabalho de engenharia de valor, não era só compatibilizar, mas encontrar soluções económicas.

Em 2004, sentimos a necessidade de obter a certificação ISO 19011 porque percebemos que para crescer tínhamos de uniformizar processos. E posso dizer que foi um grande progresso.

Em 2005 tivemos dois colegas que fizeram uma pós-graduação em gestão de projeto e tivemos o conhecimento da IPMA, associação internacional de gestores de projeto, e passámos a combinar os seus procedimentos com os da ISO 9001. Não precisámos de desenvolver nem de inventar a roda: adotámos uma roda que já existia, que funcionava muito bem e que era reconhecida internacionalmente. Isso deu-nos uma força e um horizonte muito grandes e permitiu-nos crescer de forma estruturada e organizada.

Foi uma maneira de ganharem vantagem face à concorrência?

Exato. Gostamos que quem está de fora nos reconheça como uma empresa de vanguarda na construção.

A ISO 19011 é uma ferramenta potentíssima e não sobejamente falada ou divulgada. Permite-nos criar um sistema que envolve todos os colaboradores, as suas posições e ideias. Essa dinâmica e a conjugação de fatores foi o que nos permitiu chegar aqui. Só em Portugal temos mais de 240 colaboradores e no Brasil são mais de 60.

Porque é que Portugal tem tantos engenheiros reconhecidos internacionalmente e ainda não é uma marca, digamos, para exportação? Uma espécie de pastel de nata da construção... Falta-nos uma política de investimento internacional?

A nossa engenharia é muito reconhecida internacionalmente, mas não chegamos para as encomendas internas. Depois, há uma falta de visão estratégica, não só na engenharia, mas em todas as áreas. Portugal podia assumir-se como polo de formação

de profissionais de todas as áreas, porque temos excelentes profissionais. Há, desde logo, um mercado de captação de potenciais alunos dos países de expressão portuguesa, mas, infelizmente, não existe uma estratégia. Posso falar no caso do Técnico: no ano letivo que agora terminou, houve uma procura de cerca de 70% acima das disponibilidades!

Há falta de estratégia nas universidades e no poder central, e neste momento nem sequer temos onde alojar os alunos. Podíamos ter um cluster de formação e de exportação de talentos, que geraria imenso negócio. Mas não temos essa visão.

Entretanto, estamos a formar profissionais para o mercado externo. A engenharia deixou de ser uma profissão atraente em Portugal?

Não, acho que é muito atraente e muito sexy, dependendo da abordagem. Na DDN temos imensos engenheiros altamente motivados. Todas as empresas privadas têm essa capacidade, umas mais, do que outras. Esse tem sido, aliás, um tema de discussão entre nós, e com a APPC : Como é que conseguimos atrair mais jovens engenheiros?

Jugo que existem duas forças de bloqueio brutais e enquanto não as eliminarmos, não conseguimos dar um salto qualitativo. Não vou dizer que é fácil, porque se fosse já estaria resolvido, mas tem de haver uma grande energia e uma grande concentração de toda a sociedade em eliminá-los. O primeiro é o problema da habitação. E não falo só da habitação para emigrantes; em primeiro lugar é preciso resolver o problema dos portugueses que até hoje não conseguiram ter uma casa; depois falamos de emigração. Só enfrentando este problema é possível fazer crescer a economia. Porque nós também não conseguimos viver sem emigrantes, é impossível.

Tendo essa noção, como encara o rumo que a Europa e Mundo estão a tomar em termos de políticas de emigração? Não havendo mão de obra e com políticas muito restritivas, não podemos registar um aumento do trabalho clandestino. Isso não o assusta?

Não, e acho que não devia assustar ninguém. Temos é de enfrentar os problemas e ter confiança na nossa inteligência para o fazer. Por vezes falta-nos um bocadinho de autoconfiança.

Não vale a pena inventar a roda. Temos o caso concreto de Singapura, uma das economias com maior *PIB per capita* do mundo, que vive em harmonia. Estou a falar com conhecimento de causa! Só temos de perceber como eles fazem e adaptar à nossa realidade.

É preciso arranjar condições para as pessoas viverem aqui de forma digna porque nós precisamos desesperadamente delas. Não temos de ter aquele ressentimento que alguns políticos de extrema-esquerda e de extrema-direita acabam mostrar nos telejornais, aquele discurso de que os portugueses têm de ser servidos primeiro e os outros ficar no fim da fila. Devemos encarar tudo em simultâneo, porque estes portugueses sem casa não vão conseguir viver melhor se a economia não se desenvolver.

É preciso combater radicalismos, portanto.

Temos de criar um clima e um ambiente integrativos. Ainda ontem assistia a um programa de televisão com vários políticos e um deles dizia que a solução para a habitação é os privados que investiram na construção e que têm casas para alugar serem impedidos de subir as rendas. Isto não é solução nenhuma, é falta de visão e falta de imaginação.

E onde é que fica o Estado nessa equação?

Porque é que o Estado não consegue construir se há tanto dinheiro para isso no PRR?

Devolvo a pergunta: porquê?

Porque criou regras e está reféns delas. Portanto, temos de entender que somos donos do nosso destino e se criámos regras que nos impedem de promover a habitação, há que alterá-las. Isto não é nenhuma utopia. Já temos forma de utilizar alguns solos que inicialmente não tinham utilidade urbana para lhes dar essa vertente, deste de que se destinem à habitação. Temos de aproveitar o que já está bem feito e prosseguir. Infelizmente, continuamos sem fazê-lo.

E isto diz respeito a todos: a quem legisla, às forças vivas da sociedade, da qual a APPC faz parte, à Ordem dos Engenheiros e à Ordem dos Arquitectos, a uma série de associações e de entidades, e aos cidadãos. Não quero pôr a culpa só nos governos. Estas entidades de que falei não podem passar o tempo a refugiar-se na culpa dos outros; a culpa é de todos e temos de ajudar a encontrar soluções, influenciando e informando.

[Leia a entrevista completa aqui](#)

A APPC PERGUNTOU AO JURISTA

No âmbito da sua missão de esclarecer e apoiar os seus associados, a **APPC – Associação Portuguesa dos Projetistas e Consultores** criou uma nova rubrica "**A APPC perguntou ao jurista**", dedicada a temas jurídicos de interesse para as empresas do setor.

Este tipo de esclarecimento visa dotar os projetistas, consultores e restantes intervenientes na área de melhor compreensão das obrigações legais, contribuindo para uma prática mais segura, eficiente e transparente.

Com a entrada em vigor da **Portaria n.º 292/2024/1, de 13 de novembro**, que procede à extensão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) celebrado entre a AICCOPN e os sindicatos representativos do setor, têm surgido diversas dúvidas quanto à sua aplicação, nomeadamente por parte das empresas de engenharia e consultoria de projeto associadas da APPC.

Neste artigo, esclarecemos, de forma objetiva, as principais obrigações legais que recaem sobre as entidades empregadoras no que respeita à comunicação do CCT aos trabalhadores, com base no disposto no Código do Trabalho (CT).

Informação Obrigatória a Prestar ao Trabalhador

Nos termos do **artigo 106.º do Código do Trabalho**, a entidade empregadora está legalmente obrigada a prestar ao trabalhador, por escrito, um conjunto de informações essenciais relativas à relação laboral. Entre estas, destaca-se, na alínea I) do n.º 3, a obrigação de indicar o instrumento de regulamentação coletiva aplicável e a designação das entidades que o celebraram.

Segundo o **artigo 107.º do CT**, essa informação pode constar de um ou vários documentos escritos, desde que assinados pela entidade empregadora. Considera-se que a informação foi prestada se constar expressamente do contrato de trabalho.

A não prestação desta informação constitui uma contraordenação grave, punível legalmente.

*Alexandre Portugal, vice-presidente da
APPC em representação da COBA*

OPINIÃO

Chega de ser paisagem: está na hora de ser País

O novo programa do Governo pode ser aquele ponto de viragem pelo qual ansiávamos há muito. O momento transformador em que deixamos de aparecer na fotografia do mundo como o país ingovernável cuja principal qualidade é... o clima. Temo-lo de excelência, é verdade, mas somos bem mais do que um país-paisagem.

O plano de obras públicas delineado pelo novo Executivo, que abrange desde a construção de habitação pública à criação de novas infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, portuárias, energéticas e digitais, afigura-se como uma oportunidade rara: a de erguer um tecido empresarial moderno, competitivo e capaz de garantir o futuro económico do País.

Para além do investimento direto e do seu indiscutível efeito multiplicador, **a aposta nas obras públicas gera, nesta altura, uma oportunidade invulgar: a de se deixar às novas gerações um sector moderno, capacitado e competitivo que, de uma vez por todas, trave a fuga de cérebros que nos empobrece a todos os níveis.**

Entidades públicas e privadas podem agora aliar-se para promover uma transformação estrutural, libertando-nos de um impasse económico que dura há demasiado tempo e que compromete a atratividade económica e financeira de Portugal.

A escala e diversidade dos projetos previstos — como a habitação pública e privada, o novo Aeroporto Luís de Camões, a linha ferroviária de alta velocidade Lisboa-Porto ou os programas de modernização portuária, entre muitos outros — implicam milhares de milhões de euros de investimento que, se adequadamente realizados, traduzir-se-ão em múltiplas oportunidades de contratação, inovação, engenharia e construção, qualificação de empresas e de pessoas.

Para além do impacto que cada uma das obras terá na sociedade portuguesa, na sua modernização e na sua competitividade no mundo (menos) global em que nos inserimos, **a realização destes investimentos proporciona de per se a oportunidade de desenvolver um tecido empresarial robusto, que permaneça muito para além dessas obras.**

(...)

O sucesso dependerá muito da forma como a administração pública venha a implementar os diferentes programas, tolhida que está pelos instrumentos à sua disposição no âmbito da contratação, de que se destaca o profundamente desequilibrado e desadequado Código dos Contratos Públicos.

Sabendo que todas as entidades que o utilizam – contratantes, contratados, reguladores e tribunais – reconhecem a sua desadequação, **seria de elementar prudência que um dos primeiros passos fosse a revisão do Código, por forma a que, em vez de ser um promotor de burocracia, conflitualidade e atraso, se possa tornar um instrumento de excelência para o desenvolvimento.**

(...)

O país não pode continuar a desbaratar oportunidades. **Se este novo ciclo de investimento servir apenas para contratar multinacionais sem ligações ao tecido nacional e se insistirmos em erros passados, como a dependência do exterior, estaremos a comprometer o futuro dos que nos sucederão.**

[Leia o artigo completo aqui](#)

EFCA estuda ameaças às infraestruturas essenciais a apoiar Quadro Financeiro Plurianual da Comissão Europeia

A EFCA (Federação Europeia das Associações de Consultores de Engenharia) publicou dois relatórios cruciais sobre a resiliência dos sistemas energéticos e de transporte terrestre na Europa.

Os documentos integram a série Future Trends Reports 2025 e abordam as ameaças climáticas e as de origem humana que afetam estas infraestruturas essenciais. A mensagem principal é clara: é urgente reforçar a capacidade de resistência da Europa nestes setores.

Entre as soluções propostas estão a descentralização dos riscos, a diversificação das fontes de fornecimento e, sobretudo, a participação ativa dos engenheiros na tomada de decisões políticas.

Entretanto, a EFCA já reagiu à proposta de orçamento do próximo Quadro Financeiro Plurianual da Comissão Europeia que envolve um investimento total de quase 2 biliões de euros, com enfoque na resiliência estratégica, na transição verde e digital e na modernização de infraestruturas.

Entre os destaques da proposta orçamental estão:

- A criação de um novo Fundo Europeu de Competitividade no valor de 409 mil milhões de euros;
- Planos de Parceria Nacional e Regional de 865 mil milhões de euros, que contempla oportunidades de relevo para engenheiros consultores em áreas como o planeamento urbano, a adaptação climática e o transporte;
- O reforço de programas como o mecanismo de interligação Connecting Europe Facility e infraestruturas ligadas à defesa.

A EFCA considera que estas propostas vão ao encontro das prioridades identificadas nos seus relatórios e representam um sinal encorajador para o setor da consultoria em engenharia.

Nesta nova rubrica da APPC, viajamos ao passado para redescobrir grandes marcos da engenharia e arquitetura em Portugal. Estes mês contamos a história de dois ícones da hotelaria nacional: o Hotel Ritz, em Lisboa, e o Hotel Infante de Sagres, no Porto. Dois projetos distintos, unidos pela excelência técnica e pelo seu impacto duradouro na paisagem urbana e no turismo português.

Hotel Ritz em Lisboa

Foi Salazar que deu a bênção final à construção de um hotel de Luxo em Lisboa. A ideia já existia desde 1912, mas ganhou força nos anos de 1950 quando o Presidente do Conselho decidiu avançar com o projeto, considerando que o Portugal do pós-guerra precisava de uma unidade hoteleira de primeira classe para receber distintos visitantes.

Em agosto de 1953 foi constituída a SODIM (Sociedade de Investimentos Imobiliários), com capital de 30 mil contos e composta por dez sócios — entre eles os empresários Ricardo Espírito Santo Silva e Manuel Queiroz Pereira, que lideraram o projeto.

O governo vendeu um terreno de cerca de 13000 metros quadrados junto ao Parque Eduardo VII, através de hasta pública, tendo-se a SODIM assumido como promotora do projeto. O arquiteto principal foi Porfírio Pardal Monteiro, "o homem que modernizou a cidade de Lisboa" e um dos mais reputados arquitetos do século XX, responsável, entre muitos outros, pelo projeto do Instituto Superior Técnico, pelo edifício do Instituto Nacional de Estatística e pela Biblioteca Nacional.

Com a doença e morte de Pardal Monteiro, a obra ficou a cargo de Leonardo Rey Colaço de Castro Freire, membro do Secretariado Nacional de Informação. Várias empresas e engenheiros estiveram envolvidos, entre eles Edgar Cardoso (engenheiro consultor).

O principal empreiteiro foi a Obrecol, empresa responsável pela execução da obra em grande escala, que contemplou perto de 15 mil toneladas de mármore para acabamentos e fachadas.

Hotel Infante de Sagres no Porto

Construído entre 1945 e 1951, quando inaugurou, foi a concretização da ambição de Delfim Ferreira, grande industrial nortenho da zona do Ave e também proprietário da Casa de Serralves, atual casa-museu detida pela Fundação de Serralves, onde viveu até morrer, em 1960, altura em que era considerado o homem mais rico de Portugal. Este mesmo homem sentiu, no final da década de 40 do século XX, necessidade de um alojamento de luxo no Porto e, com o seu espírito empreendedor, deitou mãos à obra.

Concebida pelo arquiteto portuense Rogério de Azevedo, pioneiro da escola modernista no Porto, em estilo modernista transicional, a obra foi erguida pela sociedade arrendatária Ferreira & Filhos, Lda., sob a gerência de Alexandre Soleiro, herdeiro do fundador, recorrendo a pilares, vigas e lajes em betão armado, seguindo os métodos recentemente introduzidos em Portugal.

[Leia o artigo completo aqui](#)

NOVO SÓCIO APPC

É com satisfação que anunciamos a entrada da **DTWay** como novo sócio da APPC.

Especialista na área da consultoria em digitalização de edifícios, a **DTWay** apoia os seus clientes a enfrentar o grande desafio das novas tecnologias, com soluções que transformam os dados dos edifícios e os processos internos em informação útil, em formato digital.

A APPC dá-lhe as boas-vindas, acreditando que a sua experiência e conhecimento tornarão ainda mais rica a nossa rede de associados e o setor da engenharia e arquitetura em Portugal.

A APPC agradece às empresas que se associaram às comemorações dos 50 anos

APPC festeja 50 anos em 2025.

O sucesso é a nossa prioridade, evoluímos Juntos.

Veja o nosso vídeo!



Leia todas as nossas newsletters e fique a par de todas as novidades!

Ler mais

Seguro APPC

Responsabilidade Civil Profissional

A APPC gere um seguro de grupo do ramo da responsabilidade civil profissional, destinado a empresas associadas, com escalões de limites de responsabilidade que vão até ao montante de 2.5M€.

Se é sócio da APPC, consulte a área reservada do site da Associação para obter mais informações.

Caso não seja associado, pode solicitar-nos mais informações sobre as condições do seguro, sem qualquer compromisso.

Filiações Internacionais da APPC

Federação Europeia das
Associações de Consultores

Federação Europeia das
Associações de Consultores

de Engenharia

Federação Internacional de
Engenheiros Consultores

de Gestão

Federação Pan-Americana
de Consultores



Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores

Av. António Augusto de Aguiar 126 - 7º | 1050-020 Lisboa | Portugal

Email: info@appconsultores.org.pt

Recebeu este email porque está inscrito na nossa lista de contactos. Caso queira cancelar a sua subscrição por favor clique em "Cancelar Subscrição".

[Cancelar Subscrição](#)

Se ainda não subscreveu a nossa Newsletter pode fazê-lo [clikando aqui](#).



BRIDGING THE FUTURE

Siga-nos nas redes sociais!

